

DENTRE FRAGMENTOS SETECENTISTAS DA CIDADE DE SÃO SEBASTIÃO DO RIO DE JANEIRO: DA CONSTRUÇÃO DA CIDADE À SUA VIDA RELIGIOSA NO SÉCULO XVIII

Diego Santos Barbosa¹

Resumo: Este artigo tem por objetivo aproximar-se do contexto religioso e de suas vivências em uma das cidades mais importantes da colônia portuguesa na América no século XVIII. As formas como transcorreram a implantação da cidade, a superação dos desafios naturais, bem como as transformações urbanas ao longo deste período, expressam aspectos não só da sua fisionomia física, mas social, econômica, política e, sobretudo, como é o caso desta análise, do âmbito religioso. Essas mudanças configuram o Rio de Janeiro nas mais diversas formas e características da sua vida religiosa.

Palavras-chave: Rio de Janeiro; Religiosidade; Igreja católica; Século XVII; Século XVIII.

AMONG FRAGMENTS OF THE 18TH CENTURY OF THE CITY OF SÃO SEBASTIÃO DO RIO DE JANEIRO: FROM THE CONSTRUCTION OF THE CITY TO ITS RELIGIOUS LIFE IN THE 18TH CENTURY

Abstract: This article aims to address the religious context and how it was experienced in one of the most important cities of the Portuguese colony in America in the 18th century. The ways in which the city's foundation took place, the overcoming of natural challenges, as well as the urban transformations in this century, express not only its physical physiognomy, but also social, economic, political aspects and, above all, as is the case in this analysis, the religious scope, which changes, alongside the other aspects. This change represents Rio de Janeiro in the most diverse manners and characteristics of its religious life.

Keywords: Rio de Janeiro; Religiosity; Catholic Church; 17th Century; 18th Century.

A construção da cidade e suas demarcações da vida religiosa

O povo é católico e cumpre com extrema devoção os rituais da religião. As igrejas são muitas e chamam a atenção pela decoração faustosa. Nas festas dos seus padroeiros, esses edifícios são ricamente decorados e iluminados. Com efeito, durante a nossa permanência na cidade, alguns deles estavam esplendorosamente iluminados, oferecendo um espetáculo notável (...)². (CARVALHO, 2008, p. 314).

A cidade do Rio de Janeiro passou por diversas transformações no período setecentista, principalmente em função da importância que passou a ter para o Império Português, pelo fato de ter se tornado o principal porto da rota atlântica após a descoberta de ouro nas Minas Gerais e a sua conseqüente elevação à condição da capital da América lusa em 1763. O período de análise deste artigo circunscreve-se ao momento em que a cidade se transformou

¹ *Diego Santos Barbosa* .. Doutorando em História no PPGH da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). E-mail: diegosantosbarbosa@hotmail.com

² Trecho retirado dos relatos da comitiva de Lord George McCartney, diplomata inglês que ficou duas semanas com sua comitiva no Rio de Janeiro em 1792.

significativamente, tanto no sentido arquitetônico quanto em seus aspectos estruturais. Dentre essas transformações, destacam-se os aspectos devocionais. Desse modo, o artigo lidará com aspectos devocionais e religiosos para, assim, compreendermos as características da cidade no século XVIII.

Segundo Nireu Cavalcanti, Mem de Sá, ao erguer a primeira malha urbana do Rio de Janeiro, lançava um dos marcos importantes para a transferência do primeiro povoamento da região da Carioca para o alto do antigo Morro do Castelo, destacando tanto o sentido de proteção como de uma nova edificação da cidade:

[...] e por sítio onde Estácio de Sá edificou não ser mais que para se defender em tempo de guerra com parecer dos capitães e doutras pessoas que no dito Rio de Janeiro estavam, escolhi um sítio que parecia mais conveniente para edificar nele a cidade de São Sebastião, o qual o sítio era de um grande mato espesso cheio de muitas árvores e grossas em que se levou assaz de trabalho em as cortar e limpar o dito sítio o edificar uma cidade grande cercada de muro por cima com muitos baluartes e fortes cheios de artilharias. E fiz igreja dos padres de Jesus, onde agora residem telhada e bem concertada, e a sé de três naves também telhada e bem concertada, fiz a casa da câmara sobradada telhada e grande, a cadeia, as casas dos armazéns e para fazenda de sua alteza sobradadas e telhadas com varandas, dei ordem e favor ajuda com que fizessem outras muitas casas telhadas e sobradadas [...]. (CAVALCANTI, 2004, p. 26).

Neste relato de Mem de Sá são claras as preocupações tanto com a defesa militar da cidade quanto com a construção dos prédios públicos, neste sentido, enfatizando a importância das edificações religiosas e civis que marcariam a vida do Rio de Janeiro de São Sebastião.

São Sebastião do Rio de Janeiro ou, simplesmente, cidade de São Sebastião, como era usual chamá-la nos primórdios, foi fundada em 1565 pela expedição comandada por Estácio de Sá (?-1567), aparentado do terceiro governador-geral das partes do Brasil, Mem de Sá (1557-1572). Afirma-se, desde aqueles tempos, que o topônimo da cidade era homenagem ao santo e ao herdeiro do trono português, que viria a ser entronizado apenas em 1568, devido à menoridade. Este era D. Sebastião (1554-1578), o *Desejado*, sob cujo nome era erguida a nova povoação na orla da Guanabara.

Na historiografia, pouquíssimos trabalhos se ocuparam dos fundamentos discursivos e representativos referentes ao patrocínio de São Sebastião ao Rio, assim como dos enunciados, usos e adaptações dos jesuítas no que a ele concerne. O principal estudo a lidar com a questão da proteção de São Sebastião na origem da cidade é a dissertação de mestrado e a tese de doutorado de Vinícius Cardoso Miranda, onde o autor identifica, analisa e explica os fundamentos do culto a São Sebastião como santo patrono cidadão do Rio de Janeiro tal como

a Companhia de Jesus o concebeu, utilizou e deu a ler entre a segunda metade do século XVI e a primeira metade do século XVII. A veneração e o simbolismo do santo ganharam uma forma inaciana com a releitura, atualização, adequação e ritualização de suas apresentações concernentes, sendo a veneração do santo fundamental para compreender a preocupação, desde o início da construção da cidade, com sua proteção divina (CARDOSO, 2010, p. 230).

Vinícius Cardoso, em sua dissertação de mestrado, apresenta a hipótese de que a leitura original dos inacianos sobre o patrocínio do mártir escolhido em 1565, se apoiou em sua associação ao rei para simbolizar a criação de uma cidade ideal jesuítica e representar retórico-político-teologicamente a obrigação do rei em *receber* o nome da urbe – “São Sebastião do Rio de Janeiro” – como homenagem, e *dar* ou *distribuir* benefícios e mercês aos conquistadores e jesuítas, segundo o pacto de sujeição que funda a monarquia e o império católico dos lusos. O santo, assim, funcionaria como um símbolo identitário e emblemático da cidade hierárquica portuguesa, capaz também de protegê-la e conectá-la por inteiro ao Verbo divino. (CARDOSO, 2010, p. 153)

Com base na tese de doutorado de Vinícius Miranda, podemos considerar que os principais representantes dos poderes leigos e eclesiásticos nos primórdios da formação da cidade, utilizavam os discursos e os rituais do culto de São Sebastião no Rio de Janeiro na construção da legitimidade dos poderes político-religiosos na localidade (CARDOSO, 2017, p.7). Tais usos se baseavam nos estreitos liames entre catolicismo, monarquia e “repúblicas” locais no antigo regime luso (FRAGOSO e GOUVÊIA, 2009, p. 39), sendo assim, a legitimidade dos papéis estavam entrelaçados e eram reformulados pelos agentes, tanto eclesiásticos, quanto representantes da Coroa, na construção político-ideológica do Rio de Janeiro. Neste sentido, enquanto corporações que pretendiam representar a cidade no temporal e no espiritual, câmara e cabido disputavam também o agenciamento do sagrado, legitimando assim sua “função pública” (BENVENUTI, 1998, p. 15-16).

Não somente pelo ideal político-religioso se concretizava a religião católica na nova urbe, como é defendido por Vinícius Mirando, mas, também, nas construções que se expandiram pelo território após a construção da primeira malha urbana, o catolicismo se fazia representar em várias edificações pela cidade, materializando-se nas igrejas e nas casas das ordens religiosas, nas capelas, no edifício do seminário e nas igrejas de irmandades e ordens terceiras.

A primeira “igreja” da cidade do Rio de Janeiro foi erguida ainda na chamada “vila velha”, à sombra do Pão de Açúcar, nos tempos de Estácio de Sá (c.1565), já então era dedicada a São Sebastião, tal qual a urbe. Era feita de pau-a-pique e coberta de palha. Com a transferência

da cidade para o alto do “morro do Descanso” – posteriormente, “do Castelo” – o governador geral Mem de Sá teria ordenado a construção de uma “sé de três naves, também telhada e bem consertada”, no mesmo outeiro, ainda em 1567 (BNRJ, 1905/1906, pp. 129-136).

Este templo ainda não era Sé, pois não era a sede do bispado, que ainda não havia sido criado. Cabe perguntarmos por que Mem de Sá se referira à igreja como “Sé”. Provavelmente porque, tal qual Salvador da Bahia, a povoação que ali se instalava já tinha – ou arrogava a si – o título de cidade, e não o de arraial, ou vila. Do ponto de vista da Igreja, um povoado só se torna “cidade” quando se faz sé/sede de um bispado. Além disso, as autoridades portuguesas – o rei D. Sebastião, Mem e Estácio de Sá – quase sempre se referiam ao Rio de Janeiro como cidade, por vezes “cidade real”, possivelmente por ordem do próprio monarca. Este é um dos enigmas da fundação do Rio de Janeiro (CARDOSO, 2017, p. 129).

Construída no morro do Descanso, que foi depois chamado de morro de São Januário, a igreja de São Sebastião se tornou paróquia em 1569, recebendo um vigário para administrar sacramentos aos moradores: o padre Matheus Nunes, por provisão de D. Pedro Leitão, bispo da Bahia. O novo templo, contudo, foi concluído apenas em 1583, como sugere o epitáfio lançado na campa que protege os restos mortais do fundador Estácio de Sá. Inicialmente sepultado na igrejazinha de pau-a-pique levantada na Urca, o primeiro capitão-mor viria a repousar posteriormente na nova igreja, feita a pedra e cal. Retornava ao seio da *civitas* que fundara. Seu ataúde foi trasladado para lá a mando de seu primo, então governador, Salvador Correia de Sá, *o velho*. (CARDOSO, 2017, p. 130).

Desde a fundação da urbe, a religião esteve presente na própria consolidação territorial da cidade do Rio de Janeiro colonial, não somente por exercer seu poder político, mas, também, como detentora de diversas posses. Há autores, inclusive, que creditam a fundação da cidade do Rio de Janeiro exclusivamente à ação da Companhia de Jesus, uma posição certamente exagerada, mas que serve para realçar a importância do papel que tiveram nos acontecimentos na baía de Guanabara na década de 1560 diante da presença francesa (ABREU, 2010, p. 105) e, também, por esse motivo ter se transformado em uma das instituições que mais detinham posses no território.

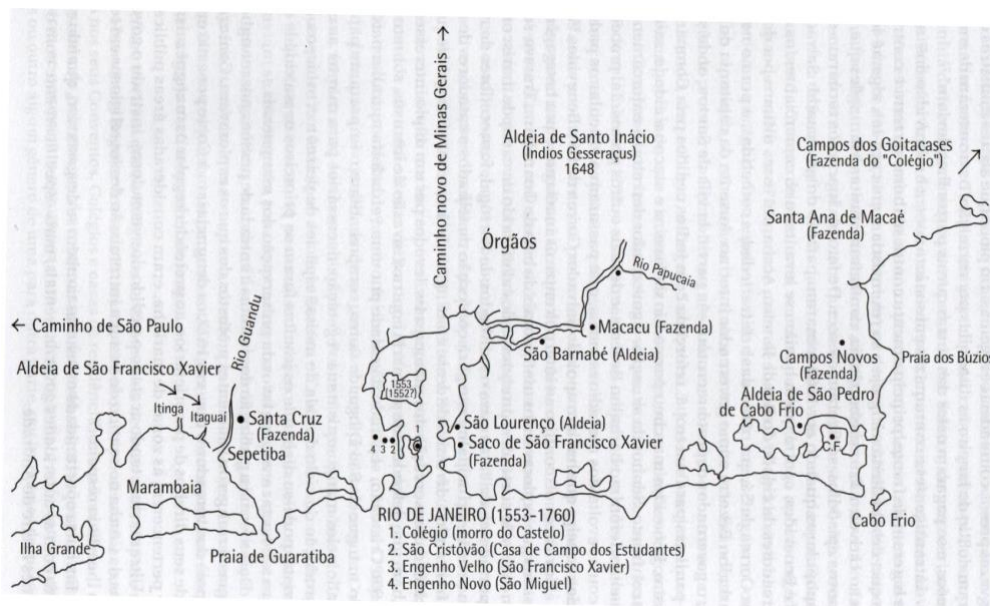
A Companhia de Jesus, criada com o objetivo precípua de expandir a fé católica, de conter a expansão do protestantismo e de recuperar antigas áreas perdidas para a nova religião, constituiu o exemplo mais significativo do movimento que ficou conhecido como Contrarreforma. Como bem lembrou Joaquim Serrão: “não se tratava de uma ordem religiosa, mas de uma ‘milícia’ para defesa e adestramento da fé e o combate à heresia” (SERRÃO, 1979, p. 344). Antítese dos monges contemplativos, braços não armados das conquistas militares

portuguesas, soldados da fé católica, treinados para combater as ideias daqueles que reconheciam como agentes dos “hereges, luteranos e calvinistas”, os jesuítas viram a instalação da colônia financiada por huguenotes no Rio de Janeiro como uma ameaça direta a toda sua ação missionária no Brasil.

Ressaltando esta relação entre a ação jesuíta e doação de propriedade à Companhia, devemos mencionar a importância dos jesuítas no teor da sua ação no processo de defesa e expulsão dos franceses no do Rio de Janeiro no século XVI, além da importância da Companhia para o primeiro assentamento da cidade (FRIDMAN, 2017, p. 16-17). Sendo assim, os jesuítas são importantes tanto do ponto de vista formal como informal da construção da urbe. Neste sentido é que percebemos como decorreu a ação de doações, em termos das benesses, que eles vieram a receber e a acumular na cidade.

Para se ter uma projeção do sucesso da concentração de posses dos jesuítas desde o século XVI, em 14 de março de 1718, os oficiais da Câmara do Rio de Janeiro, em resposta ao que lhes havia sido solicitado pela Coroa, enviaram ao rei D. João V um rol de todas as propriedades que a Companhia de Jesus tinha na cidade e na comarca do Rio de Janeiro. Naquele documento, informaram que os jesuítas eram “senhores de 62 moradas de casa dentro da cidade, 53 que possuíam até o ano de 1711, e 9 fizeram depois, assim outras que têm principiado, que [pode] importar perto de 300.000 cruzados” (ABREU, 2010, p. 262). Além dessas propriedades urbanas, possuíam ainda, no termo da cidade, duas léguas de terra em quadra onde tinham dois engenhos de fazer açúcar, uma quinta de recreação em São Cristóvão, uma propriedade em Santa Cruz “que se entende passa de cem léguas, nas quais têm 30 currais de fado, muita cavalaria e as mais criações” (ABREU, *Ibidem*), assim como terras em Jurujuba e no Macacu. O patrimônio territorial dos padres se completa com os extensos pastos e numerosos currais que possuíam em Cabo Frio, no rio de São João, em Macaé e nos Campos dos Goitacazes. A lista de bens se encerrava com a observação de que, “além destas, têm [os jesuítas] muitas outras terras de que não se faz aqui menção por se não poder averiguar, pela cautela com que os ditos padres ocultam os seus títulos” (ABREU, *Ibidem*).

Figura 1 - Propriedades da Companhia de Jesus no Rio de Janeiro (1553-1760)



Fonte: CAVALCANTI, 2004, p. 67.

Maurício Almeida de Abreu, estudando a construção geográfica da cidade do Rio de Janeiro (ABREU, 2010, p. 263), informa que, além dos jesuítas, os beneditinos constituíram, sem dúvida alguma, a segunda “religião” mais poderosa do Rio de Janeiro Colonial e, assim, como os jesuítas, foram igualmente contemplados com diversas sesmarias. Ao contrário, entretanto, dos padres da Companhia, que eram conquistadores e receberam terras próximas à cidade, os monges de São Bento, chegados à Guanabara em 1586, tiveram que se contentar com doações mais afastadas, localizadas ao fundo da baía, terras que, ao que tudo indica, venderam logo depois, pois não temos mais notícias delas na rica documentação que a ordem ainda preserva.

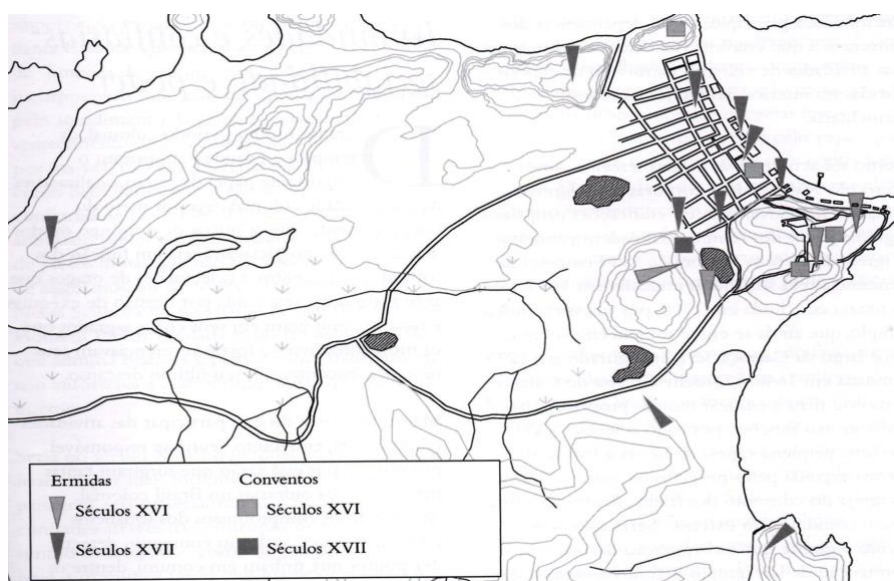
Durante o século XVII, os padres beneditinos receberiam outras sesmarias no Rio, seja na atual Zona Oeste (atual bairro de Bangu), que logo passaram adiante, seja em Maricá, no limite oriental do termo municipal; após a “pacificação” dos goitacás, também receberiam terras na Capitania do Cabo Frio e nos Campos dos Goitacazes. Como muitas dessas doações eram de jurisdição incerta, foi comum que se precavessem de problemas futuros, solicitando-as ao mesmo tempo aos governos do Rio de Janeiro e São Vicente, e até mesmo ao governador-geral. Além das fazendas de Iguazu e de Maricá, os beneditinos foram ainda possuidores de duas outras grandes propriedades na capitania do Rio de Janeiro, ambas obtidas por verbas testamentárias e, ao contrário dos anteriores, pouco alteradas suas confrontações depois de incorporadas aos bens da ordem. A primeira, uma porção a oeste da baixada de Jacarepaguá, parte da antiga sesmaria dos Correias de Sá, onde os padres dividiram essas terras em três fazendas distintas em 1667; e a segunda, propriedade também incluía um engenho que foi doado

ao monastério em 1695, pelo capitão Manoel Fernandes Franco, que se estendia por toda metade ocidental da Ilha do Governador (ABREU, 2010, p. 287).

Com a ocupação das terras dadas de sesmaria, o seu aproveitamento econômico e a expansão das posses territoriais por instituições religiosas, a paisagem fluminense rapidamente se encheu de clareiras, de roças, de pastos, de cercas e de moradias rurais. Logo se viu também pontuada de pequenas ermidas, erguidas pelos proprietários de terras em homenagem a seus santos de devoção. Sendo assim, pelo número de posses, as instituições religiosas moldaram o território do Rio de Janeiro desde o início. Não foi incomum que essas instituições em benefício das capelas e igrejas que construíram se configurassem como um pequeno patrimônio territorial acumulado ao longo do tempo, prática que foi bastante disseminada no Brasil colonial e que adentraria o período imperial; tais benefícios ficaram conhecidos como “patrimônio religioso” (ABREU, 2010, p. 346).

Citando um exemplo sobre como ocorreu o aumento deste tipo patrimônio, podemos acompanhar sua expansão desde a formação da cidade do Rio de Janeiro. Em 1590, temos os monges beneditinos ocupando a Igreja de Nossa Senhora da Conceição no alto de um dos morros que cercava a cidade. Em 1591, os carmelitas ocuparam uma capela no morro próximo, chamado Santo Antônio, propriedade que seria repassada aos franciscanos em 1607. Na direção sul foi construída uma capela dedicada a Nossa Senhora do Desterro, provavelmente edificada por Jerônimo Velozo Cubas no final do século XVII e, em 1563, esta igreja e suas terras ao redor foram doadas aos carmelitas. Na direção sudoeste os jesuítas construíram em 1579 uma casa de recreio e uma capela (CAVALCANTI, 2004, p. 27).

Figura 2 - Eremitas e Conventos na capitania do Rio de Janeiro nos séculos XVI e XVII

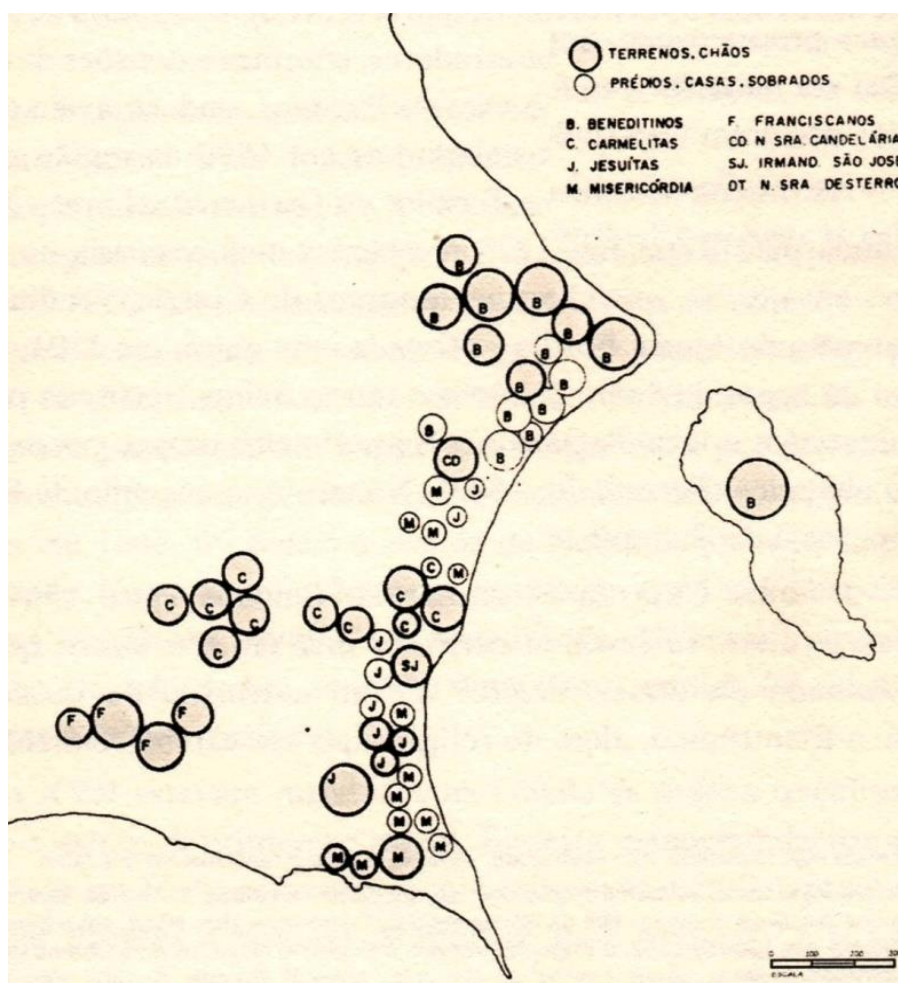


Fonte: ABREU, 2010, p. 327.

Fania Fridman, ao descrever a história fundiária do Rio de Janeiro, relata que o patrimônio religioso estabelece relação direta com os marcos referenciais dos cidadãos, pois considera a propriedade “santa” como um dos importantes vetores da expansão e valorização do solo urbano no Rio de Janeiro Colonial (FRIDMAN, 2017, p. 13). A autora menciona que a ocupação e povoação da cidade estavam contidas no espaço dos quatro morros: São Bento, Conceição, Castelo e Santo Antônio.

Fridman afirma que as ordens religiosas e confrarias foram importantes na produção de espaços na Cidade de São Sebastião. Como afirma a autora, no período colonial, a paisagem urbana da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro estava visivelmente vinculada à presença dos religiosos (FRIDMAN, 2017, p. 14). Mesmo tendo inúmeras obrigações materiais e espirituais a cumprir, jesuítas, beneditinos, carmelitas e franciscanos conseguiram não apenas realizá-las, como foram responsáveis pela construção dos mais belos edifícios que a cidade teve no século XVII.

Figura 3 - Localização de propriedades religiosas no Rio de Janeiro (1565-1650)



Fonte: FRIDMAN, 2017, p. 27.

Sobre esta expansão e como ela estava ligada, do ponto de vista simbólico, à consolidação da Igreja na cidade do Rio de Janeiro, o memorialista Vivaldo Coaracy, em *Memórias da Cidade do Rio de Janeiro*, afirma que a expansão da cidade se deu, também, em prol dos primeiros devotos. Para Coaracy, os primeiros povoadores se disseminaram pela Várzea e pelos morros que a delimitavam, e essa expansão ocorreu pelos testemunhos de fé e o cumprimento de promessas. Foram construídos capelas e templos nestes locais, expandindo os limites da primeira malha urbana da cidade (COARACY, 1988, p. 32).

É por essa expansão da malha urbana que ocorre sobre essa várzea em que lagoas, brejos e mangues se sucediam e se separavam uns dos outros por morros e por estreitas faixas de terreno enxuto, não por acaso denominadas pelos portugueses, desde o início, de “areais” ou de “ilhas secas”, que o Rio de Janeiro iria se expandir fisicamente. Com efeito, embora tivesse sido originalmente assentada no alto de uma colina, a cidade logo se transferiu desse sítio primitivo e se derramou pela várzea embrejada, processo que exigiu bastantes esforços dos moradores, que foram obrigados, literalmente, a produzir seu próprio espaço físico, abrindo valas de drenagem aqui, desbastando encostas ali e aterrando brejos e lagoas acolá. Por meio de suas ações contribuíram, também, para estender a urbe baía adentro, num movimento que, paradoxalmente, ficaria eternizado nos documentos que chegaram aos nossos dias pelo eufemismo de “recuo do mar” (ABREU, 2010, p. 213).

A exiguidade do espaço físico constituiu, certamente, um fator importante a impelir a urbe em direção à várzea circundante, que podia ser embrejada, mas, ao contrário de Salvador, era bastante ampla. A partir de meados da década de 1570, esse movimento se tornou tão veloz que deslocou rapidamente para a “baixa” o centro de gravidade da cidade. Se não fossem as edificações representativas do poder civil e eclesiástico erguidas na colina nos primeiros tempos (a Câmara, a Sé e o Colégio dos Jesuítas) e algumas moradias que ainda permaneciam ali, poder-se-ia mesmo questionar, ao final do século de sua fundação se ainda fazia sentido falar de uma “cidade alta” no Rio de Janeiro (ABREU, 2010, p. 227).

Em meados da década de 1570, a faixa da várzea que era lindeira à baía já estava integralmente apropriada. Por sorte, ainda temos informações sobre essa ocupação original que indicam que as sesmarias concedidas beneficiaram, sobretudo, a pequena fidalguia presente nas terras e os conquistadores de prestígio, que receberam, ademais, chãos bem maiores do que os que eram usualmente concedidos aos povoadores. Desde o início da década, toda a área já passara também a ser conhecida por “Várzea de Nossa Senhora do Ó”, em função de uma capelinha dessa denominação que ali foi erguida, não se sabe exatamente por quem nem quando, mas é possível que tenha sido a mando de Brás Cubas, que recebera aqueles chãos de

sesmaria antes de julho de 1568 e obtivera autorização do bispo D. Pedro Leitão, em 1570, para erguer uma capela no Rio de Janeiro. Ao final do século, a capelinha do Ó seria doada aos frades carmelitas, que próximo dela construíram seu convento (ABREU, 2010, p. 238).

Em 1570 temos também notícia do aparecimento de três templos na cidade, certamente modestos e feitos de taipa. A capelinha dedicada a Nossa Senhora do Ó, já existente em 1573, e que estenderia essa denominação à várzea pela qual a cidade iria se espalhar; a Igreja Virgem da Misericórdia, em construção do alto do morro em 1574 e a capela dedicada a Santa Luzia, que já estava de pé em 1579. Antes de findar o século, três outras ermidas/capelas seriam construídas: uma dedicada a Nossa Senhora da Ajuda, no caminho do rio da Carioca; outra a Nossa Senhora da Conceição, com sua própria irmandade construída em 1582 e a terceira sob a invocação de Santo Antônio, levantada em 1592, localizada à beira da lagoa (ALVIM, 2014, p. 31).

No século XVII novas ermidas surgiram, expandindo ainda mais a malha urbana. A Igreja de S. José, erguida em 1608. A Igreja da Candelária surgiu em 1613 e a Igreja de Santa Cruz, já levantada em 1629. A Capela de Nossa Senhora da Conceição já existente em 1634, doada para os religiosos do Carmo em 1655, que ali estabeleceram um convento religioso. A Igreja Nossa Senhora da Glória erguida em 1671. Finalmente datada, também, do século XVII, a singela ermida que foi dedicada a São Diogo em fins do mesmo século XVII (ABREU, 2010, p. 326)

Ainda no século XVII, duas corporações religiosas tomaram iniciativas para ter edificações próprias, erguidas junto dos templos das ordens primeiras. A igreja da Ordem Terceira de São Francisco da Penitência teve sua construção iniciada em 1653, mas ficaria concluída só em 1700; por sua vez o novo templo, que ainda se ergue no Largo da Carioca, seria inaugurado em 1773. Fundada em 1648, a Ordem Terceira do Carmo demorou mais a edificar um templo próprio (ALVIM, 2014, p. 35)

As novas capelas foram atraindo os fiéis, já que eram de acesso mais cômodo em direção à Várzea. Isso, também, se percebe com a elevação da ermida da Candelária, em 1634, à condição de igreja paroquial, reforçando um dos indicativos de que a população que avançava em direção à Várzea precisava de uma igreja mais próxima (ALVIM, 2014, p. 39). Em 1637, os vereadores deliberaram por construir a Casa da Câmara e a cadeia na parte baixa da cidade, abandonando o Morro do Castelo, lá permanecendo o Colégio dos Jesuítas, que ainda atraía estudantes e fiéis. Daí em diante, o morro do Castelo já era conhecido como integrando a “cidade velha” (COARACY, 1988, p. 40)

Fania Fridman corrobora com Vivaldo Coaracy ao mencionar um dos exemplos de espaços na cidade que foram valorizados com a chegada de instituições religiosas no início do século XVIII. (não quebre o parágrafo). O exemplo que podemos mencionar é com relação ao imbróglgio que ocorreu na Igreja de São Sebastião, no Morro do Castelo, onde também existia a Irmandade de São Domingos, uma confraria de homens de cor. Assim como os irmãos do Rosário, eles foram importunados pelo Cabido da Sé, dificultando suas práticas devocionais, e, por isso, trataram logo da mudança e da construção de sua própria igreja. Pediram autorização da Câmara da Cidade, que lhes cedeu de esmola livre de foro uma data de terras no Campo da Cidade onde puderam construir seu templo e seu cemitério, sendo esta uma das primeiras igrejas neste território no início do século XVIII. A região passou a ser conhecida como Campo de São Domingos e, nesta transferência verificou-se uma determinada valorização deste território no sentido de ter dado início ao crescimento da cidade para aquele local (COARACY, 1988, p. 73).

Com base nas informações expostas, pode-se depreender que essas primeiras construções religiosas, ultrapassando os limites da primeira malha urbana da cidade do Rio de Janeiro, foram fundamentais para criar novos caminhos, dando preferência a outros trajetos e opções de construções na cidade. A própria ocupação urbana se deu preferencialmente ao redor dessas novas construções, e a população se expandia pelo território indo além do antigo núcleo construído por Mem de Sá no Morro do Castelo.

Considero, com base nestas observações, a importância das edificações religiosas para a expansão da malha urbana da cidade do Rio de Janeiro. A concentração de posses imobiliárias nas mãos das diversas instituições religiosas coloca em perspectiva a importância da Igreja Católica, não somente pelo poder político-ideológico, mas, também, no sentido de interferir no estabelecimento de marcos territorial da cidade que se consolidará no século XVIII. Podemos pontuar que o catolicismo estava presente, não só no processo de concentração de posses e territórios pela cidade, mas, também, em todos os segmentos da vida cotidiana, por isso é necessário compreender como a religião era uma das estratégias de negociação para alterar, ou mesmo almejar, patamares maiores nas escalas sociais dentro de um amplo espectro de categorias sociais presentes (CAVALCANTI, 2004, p. 102). A Igreja Católica tinha influência na cidade seja em relação ao próprio poder eclesiástico ou nas referências diárias da população carioca, como afirma Fridman:

Os religiosos eram responsáveis na habitação, com a construção e o aluguel de moradias; na saúde, com os hospitais, boticas (farmácias), médicos e enfermeiras; com a produção de alimentos, com suas fazendas e engenhos; na educação, com suas escolas; com a cultura, através dos seus teatros, das artes

plásticas, das músicas e do lazer (as procissões que eram os maiores divertimentos do Rio colonial); nos melhoramentos urbanos, com a construção de pontes, chafarizes e aberturas de ruas e saneamentos; com fornecimento de água (com seus poços); através das suas normas urbanísticas garantindo parte da segurança; nos empréstimos e na guarda de dinheiro e bens; com as hospedagens aos romeiros; com a proteção aos fugitivos e aos meninos de rua; com os enterros. Os religiosos também eram responsáveis pelos avisos das horas, dos incêndios, dos nascimentos e das mortes transmitidos pelos sinos das igrejas (FRIDMAN, 2017, p. 181)

Considerações finais

Stuart Hall, um dos mais importantes autores que estudam temas relacionados ao conceito de cultura e representação, reforça que a cultura permeia toda a sociedade e o estudo sobre o tema ressalta o papel fundamental do domínio simbólico que estaria no centro da vida social. Para Hall, a questão do estudo dos sentidos é importante, pois, relaciona-se a todos os diferentes momentos ou práticas em nosso “circuito cultural” – na construção da identidade e na demarcação das diferenças, na produção e no consumo, bem como na regulação da conduta social (HALL, 2016, p. 22). Neste sentido, é preciso compreender que a vida religiosa moldava a cidade de São Sebastião desde a construção da cidade sob vários aspectos, desde conventos, igrejas, oratórios, irmandades, instituições sacras etc. O sentimento religioso era vivo e intenso, as práticas religiosas ocupavam uma importância estrutural nos atos da vida, tanto no ambiente social, quanto o interior dos indivíduos. A Igreja era poderosa, sua autoridade não se restringia somente as questões de Fé, mas indo aos atos da vida civil, aos costumes e a própria legislação vigente (CAVALCANTI, 2004, p. 181).

Podemos concluir, que, se em diversos casos, a Igreja representava a própria autoridade do Estado, também marcava presença com suas posses, nas suas organizações, como representação do poder ideológico e na vida cotidiana. Todas as pessoas viviam sobre a sua sombra. A religião católica marcava a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro desde os primórdios de sua formação e se consolida de forma muito marcante ao longo do século XVIII.

Creio, assim, que seja importante pontuarmos, para uma compreensão mais ampla sobre Rio de Janeiro do século XVIII, a necessidade de lançar novos olhares com o objetivo de compreender as diversas instituições católicas que moldaram e formaram as estreitas relações com a Coroa, e, também, como se traduziu essas relações nas suas mais diversas instâncias de poder, sendo assim, entendo que este artigo possa lançar luz a aspectos que favoreçam o avanço para estes prováveis novos diálogos.

Fontes

Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Instrumento dos serviços de Mem de Sá. ABNRJ, 1905, vol.27. Rio de Janeiro: Oficina Typographica da BN, 1906, pp.129-218; p.136.

Referências bibliográficas

- ABREU, Maurício de Almeida. *Geografia histórica do Rio de Janeiro (1502-1700)*, volume 1. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson & Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, 2010.
- ALVIM, Sandra Poleshuck de Faria. *Arquitetura religiosa no Rio de Janeiro: As três fases*. Editora UFRJ, Rio de Janeiro: Faperj: 2014.
- CARDOSO, Vinicius Miranda. *O padroeiro principal da terra: poderes locais e o culto político-religioso a São Sebastião no Rio de Janeiro, c.1680-c. 1760*. Rio de Janeiro, 2017. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.
- CARDOSO, Vinicius Miranda. *Emblema Sagitado: Os jesuítas e o patrocínio de São Sebastião no Rio de Janeiro, sécs. XVI-XVII*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.
- CARVALHO, Jean Marcel (org). *Visões do Rio de Janeiro Colonial. Antologia de Textos 1531-1800*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 2008.
- CAVALVANTI, Nireu. *O Rio de Janeiro setecentista: a vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da corte*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.
- COARACY, Vivaldo. *Memórias da cidade do Rio de Janeiro*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.
- BENVENUTI PAPI, Anna. Introdução. In: PEYER, Hans Conrad. *Città e santipatroninell' Italia medievale*. Firenze: Le Lettere, 1998.
- FRAGOSO, João Luís Ribeiro & GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. Monarquia pluricontinental e repúblicas: algumas reflexões sobre a América lusa nos séculos XVI-XVIII. In: *Tempo*, Niterói, v.14, n.27, 2009, p.39. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tem/v14n27/a04v1427.pdf>. Acesso em: 11/08/2021.
- FRIDMAN, Fania. *Donos do Rio em Nome do Rei*. Uma história fundiária da cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Editora Garamond. 3ª ed. 2017.
- HALL, Stuart. *Cultura e Representação*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2016.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal*. Volume III. Lisboa: Verbo, 1979.